quotidiano. É evidente que a introspecção não é totalmente digna de confiança; mas não há outro meio de determinar se uma sucessão de conceitos se sobrepe necessariamente à produção e compreensão dos enunciados. Claro que se é capaz de formar uma imagem mental de uma mesa se nos pedirem para o fazer (num contexto de menção, e não de uso); bem como de fazê-lo ocasionalmente no decurso da produção ou da recepção de certos enunciados. Mas isso não prova que normalmente o façamos, ou precisemos de o fazer, com todas as palavras. Por vezes objecta-se que, se não tivéssemos um conceito de mesa, não seríamos capazes de identificar as mesas nem estaríamos aptos a usar correctamente a palavra 'mesa'. Isto é não só verdadeiro, como tautológico. Com efeito, poder-se-ia argumentar que o que se entende por ter um conceito de mesa, é ser-se capaz de identificar os membros da classe de objectos a que se pode aplicar correctamente a palavra 'mesa', quando isso se tornar necessário; e é isso que o termo formação de conceito * *presuppõe*, tal como é empregue por muitos psicólogos. Porém, não decorre do facto de que devemos ter adquirido o conceito de mesa antes de se poder dizer que sabemos o significado de 'mesa', que este conceito esteja envolvido na produção e compreensão da maior parte dos enunciados que contêm a palavra 'mesa'. Tal como o termo 'conceito' é empregue por muitos semânticos, nem sempre é claro o que se entende por ele, e talvez isso baste como crítica do seu uso deste termo. No fim de contas, é um termo com uma longa e controversa história; e quem quer que defina o significado de uma palavra como o conceito correlacionado com essa palavra, deve aos seus leitores uma explicitação subsequente.

O segundo tipo de crítica pode ser dirigida não só contra o conceptualismo, mas também contra qualquer teoria da semântica que defina o significado de uma palavra em termos do que ela significa, independentemente de se dizer que o significado é a significação ou o significatum de uma palavra. Contudo que limitemos a nossa atenção a objectos como as mesas, pode parecer razoável dizer que as palavras que designam estes objectos são signos. Nesses casos, podemos pelo menos dar conta, com razoável clareza, da relação entre a palavra e o objecto. Todavia, logo que tenhamos alargado a noção de significação de modo a abranger todos os lexemas, corremos o risco de a tornar completamente superficial. Com efeito, afirmar que uma palavra quer dizer o que ela significa — a menos que procedamos então ao reconhecimento de diferentes tipos de significação — equivale a afirmar que ela quer dizer o que ela quer dizer. Por conseguinte, parece preferível restringir a noção de 'significar' à subclasse de lexemas ou expressões linguísticas acerca dos quais se pode dizer sem ambiguidade que designam ou representam determinadas coisas. Voltaremos a esta questão no capítulo 7. Entretanto, deve chamar-se a atenção do leitor para o facto de, ao longo deste capítulo, termos restringido a discussão sobre a significação à significação dos lexemas, tendo deliberadamente evitado a distinção entre formas, lexemas e expressões (cf. 1.5). Tornar-se-á evidente mais tarde que, uma vez feita esta distinção, a noção de uma unidade linguística que representa alguma outra coisa se torna mais coerente (7).

(7) As questões que temos estado a tratar nesta secção são frequentemente discutidas em termos da relação entre linguagem e realidade (cf. Urban, 1939). Para uma selecção de obras que exemplificam abordagens mais recentes, cf. Olshevsky (1969: 653-731).

4.4 Sintaxe, semântica e pragmática

É costume reconhecer três áreas dentro do campo da semiótica: a sintaxe (2), a semântica e a pragmática. Esta classificação tripla remonta a Peirce, embora tenha sido claramente estabelecida e divulgada por Morris (1938: 6). Foi retomada por Carnap (1942: 9) que, tal como Morris (e Bloomfield), contribuiu para a *International Encyclopedia of Unified Science* (Neurath et al., 1939), de tendência fortemente reductionista e fiscalista. Subsequentemente, foi reformulada por Morris (1946) no âmbito da sua teoria behaviourista dos signos. Por essa altura, Morris sentiu-se na obrigação de observar que os termos 'pragmática', 'semântica' e 'sintaxe' tinham «adquirido uma ambiguidade tal que ameaça obscurecer, e não iluminar, os problemas existentes neste domínio, pois são usados por alguns autores para designar as subdivisões da própria semiótica e, por outros, para designar tipos de signos nas linguas objectos que a semiótica procura descrever» (1946: 217).

Há ligeiras diferenças na maneira como os autores que reconhecem estas três subdivisões as descrevem. Na sua obra anterior, Morris definia a pragmática como o estudo da «relação dos signos com os interpretadores», a semântica como o estudo das «relações dos signos com os objectos aos quais são aplicáveis» e a sintaxe como o estudo das «relações formais dos signos entre si» (1938: 6). Subsequentemente, propôs uma análise mais elaborada visando «reter os traços da classificação preva-lente, libertando-a ao mesmo tempo de certas restrições e ambiguidades» e tornar os três termos «interpretáveis no âmbito de uma semiótica orientada para o comportamento» (1946: 218-19). As definições revistas são as seguintes: «a pragmática é a porção da semiótica que trata da origem, utilização e efeitos dos signos no interior do comportamento em que ocorrem; a semântica trata da significação dos signos em todos os modos de significar; a sintaxe trata das combinações dos signos sem considerar as suas significações específicas ou a sua relação com o comportamento em que ocorrem».

A distinção de Carnap das três áreas da semiótica aproxima-se da primeira formulação de Morris, excepto na medida em que se restringe às linguas naturais e aos cálculos lógicos: «Se numa investigação se referir explicitamente o locutor ou, para falar em termos mais gerais, o utilizador da linguagem, atribuí-la-emos então ao campo da pragmática... Se abstrairmos do utilizador da linguagem e apenas analisarmos as expressões e os seus designata, encontramos-nos no domínio da semântica. E, finalmente, se também abstrairmos dos designata e apenas analisarmos as relações entre as expressões, temos a ver com a sintaxe (lógica)» (1942: 9). O leitor observará que 'utilizador' é usado como termo mais geral para 'locutor'; mas não é explicitado se o recurso a este termo mais geral permite incluir o que escreve ao lado do locutor (de tal modo que 'emissor' ou 'produtor' seriam ainda suficientemente genéricos), ou se pretende abranger também os auditores e os leitores como utilizadores. O que parece claro é que, no que respeita à pragmática, Carnap parece assumir o ponto de vista do produtor do signo mais naturalmente que o do receptor (mesmo quando se refere à «situação na sua totalidade — compreendendo locutor, audível e ambiente») (1958: 79)); ao passo que Morris, na sua primeira formulação, define a pragmática em termos dos

(2) São aqui empregues duas formas, *syntactics* e *syntax* (N. T.).

efeitos que os signos têm sobre os seus interpretadores (embora posteriormente nela inclua o estudo da origem e da utilização dos signos). As formulações menos técnicas da distinção entre as três áreas da semiótica nada têm de preciso. Uma das mais típicas, é a proposta na introdução a uma selecção de artigos sobre o tema da autoria de um vasto número de autores: «... a sintaxe estuda o modo como os signos se relacionam uns com os outros. A semiótica estuda o modo como estes signos se relacionam com as coisas. E a pragmática, estuda como eles se relacionam com as pessoas» (Smith, 1966: 4-5). Neste mesmo livro, 'pragmática' é posteriormente definida em termos dos efeitos dos sinais (ou dos signos) sobre as pessoas (p. 519).

Para Carnap, a distinção entre semiótica (ou pelo menos, semiótica pura) e pragmática harmoniza-se ou está relacionada com a distinção entre línguas e cálculos lógicos (a que Carnap chama 'sistemas de línguas construídos'): a semiótica e a pragmática são «formas fundamentalmente diferentes» da «análise dos significados das expressões». A pragmática tem por objecto «a investigação empírica das línguas naturais historicamente dadas», enquanto a semiótica pura, «estuda os sistemas de línguas construídos». A semiótica descritiva (i.e., a investigação do significado das expressões nas «línguas naturais historicamente dadas»), afirma ele, «pode ser considerada como fazendo parte da pragmática» (1956: 233). Parece que a razão por que Carnap terá pretendido incorporar a semiótica descritiva no campo da pragmática seria porque pensava que as diferenças na utilização de expressões particulares não só eram inevitáveis no comportamento linguístico, como deviam ser tomadas em conta na descrição. Todavia, não obstante a sua referência à semiótica pura e à semiótica descritiva como «formas de análise fundamentalmente diferentes», nos seus trabalhos posteriores sugere que a semiótica pura poderia servir de modelo à semiótica descritiva. E Bar-Hillel (1954a) seguiu a mesma perspectiva ao defender a aplicação dos trabalhos de Carnap e de outros lógicos à análise das línguas naturais.

Na sua contribuição para um volume dedicado à filosofia de Carnap (Schilip, 1963), Morris observou que, embora aquele autor tenha tendido «a considerar a pragmática como uma disciplina empírica e a não reconhecer a possibilidade de uma pragmática pura relegada à semiótica pura e à sintaxe pura» (p. 88), não via razão para não se introduzir simultaneamente os termos puros e os termos descritivos na discussão das relações existentes entre os signos e os seus utilizadores. O termo 'lógica' podia então ser (como Peirce sugeriu) alargado de forma a abranger todo o domínio da semiótica pura. Na sua resposta, Carnap admitiu estes pontos (Schilip, 1963: 861). Entretanto, tinha publicado o artigo «On some concepts of pragmatics» (1956: 248-50), em que se podem encontrar as mesmas ideias. Morris, Carnap e Bar-Hillel concordam todos, todavia, em que seja qual for a distinção estabelecida entre semiótica pura e pragmática pura, a análise do significado nas línguas naturais envolverá necessariamente considerações pragmáticas; e, em particular, em que a distinção entre proposições analíticas * e proposições sintéticas * assenta numa decisão quanto aos significados aceites pelos utilizadores da língua que está a ser descrita (cf. 6.5). O «carácter essencialmente pragmático» da linguagem quotidiana é particularmente acentuado por Bar-Hillel, num dos seus artigos mais recentes (1970: 206-21).

Do resumo que acabámos de dar do desenvolvimento da distinção entre sintaxe, semiótica e pragmática elaborada por Morris, Carnap e

Bar-Hillel, resultará evidente que a sua aplicabilidade à descrição das línguas, por oposição à descrição ou construção dos cálculos lógicos, é, para dizer o mínimo, incerta; além de que até muito recentemente, poucos linguistas adoptaram essa distinção. Se a linguística dovesse ser incluída no campo da semiótica, como Morris (1946: 220-23) e outros propuseram, é evidente que este campo, assim como as suas subdivisões, necessitariam de ser circunscritos e descritos com maior precisão. A distinção entre pragmática e semiótica em relação à análise do significado na língua natural é geralmente considerada controversa, como o resumo apresentado evidencia. Voltaremos a este aspecto em capítulos posteriores, particularmente na nossa discussão do contexto * (cf. 14.4).

Neste ponto, voltemos antes a nossa atenção para a distinção entre sintaxe e semiótica tal como se encontra nas citações de Morris e Carnap. O primeiro ponto a observar é a imprecisão da definição de sintaxe. A definição de Carnap não limita explicitamente a sintaxe às relações combinatorias entre palavras (embora a sua ulterior formalização de um sistema da semiótica pura revele que era isso que ele tinha em mente), e nenhuma das definições explícitas quais são as condições de boa formação sintáctica. Tradicionalmente, os linguistas e filósofos têm distinguido dois princípios de boa-formação na construção das frases e dos sintagmas: um, em cujos termos eles são considerados gramaticais (vs. agramaticais); o outro, cujos termos permitem dizer que são significantes (vs. sem significado). Se a semiótica é o estudo do significado, então é provável que, tal como a sintaxe, possua um aspecto combinatorio, embora as definições de sintaxe de Carnap e Morris o não admitam. Uma outra crítica à definição de sintaxe reside em não fazer distinção entre formas, lexemas e expressões (cf. 1.5), de tal modo que, na descrição de uma língua, não se sabe ao certo onde e como se deve distinguir a morfologia ou a flexão da sintaxe.

No que respeita à definição de semiótica, assenta na noção de significação criticada na secção anterior. Definir o significado como uma relação entre as palavras e as coisas não resulta, como vimos; e a postulação de entidades teóricas, tais como os designata de Carnap ou as disposições para responder de Morris, deve ser justificada, não demonstrando a sua validade ontológica ou psicológica, mas antes a sua utilidade para a descrição do modo como a linguagem é usada na vida quotidiana. Fixar uma certa quantidade de modos de significação (como Morris faz) é quando muito uma maneira insatisfatória de reconhecer que a maior parte das expressões da linguagem não são, pura e simplesmente, usadas como signos (excepto, porventura, quando são utilizadas reflexivamente: cf. 1.2). A significação não passa de uma entre diversas funções semióticas.

Finalmente, vamos ao termo semiótica *. A maneira mais útil de a definir consiste em identificá-la com a teoria, não dos signos, mas dos sistemas de sinais: i.e., sistemas para a transmissão de informação através de um canal (cf. 2.1). Entre os sistemas de sinais (i.e., os sistemas semióticos), podemos distinguir os que são naturais * dos que são artificiais *. Por natural não entendemos íconico por oposição a simbólico (no sentido de Peirce: 4.2), nem sequer parcial ou totalmente instintivo (por oposição a adquirido pela aprendizagem), mas natural no sentido de «historicamente dado» (como diria Carnap), por oposição a sistemas deliberadamente construídos. Fica em aberto a questão de se é possível ou útil integrar a linguística numa teoria da semiótica geral e global aplicável a todos os sistemas de sinais naturais e artificiais, humanos ou não. O que

neste e no capítulo anterior procurei fazer, foi indicar as similaridades e as diferenças entre os sistemas linguísticos e os não-linguísticos, quando estes são considerados de um ponto de vista semiótico. Doravante, interessar-nos-emos mais ou menos exclusivamente pela linguagem, e utilizaremos os conceitos semióticos acima introduzidos na medida em que se revelarem úteis, sem nos vincularmos à possibilidade de incorporar a semântica linguística no quadro de uma teoria semiótica geral.

Mencionámos acima que, até recentemente, poucos linguistas utilizaram a distinção tripartida entre sintaxe, semântica e pragmática, cujo desenvolvimento seguimos nas obras de Morris, Carnap e Bar-Hillel. Nesta altura, talvez caiba acrescentar que, embora um número crescente de linguistas comece a usar o termo 'pragmática' por oposição a 'semântica', muitos o fazem sem aderirem à perspectiva de que a linguística é, ou deveria ser, um ramo da semiótica. Isto é igualmente válido para a maioria dos lógicos e filósofos que estabelecem essa mesma distinção. Com efeito, a origem da distinção tripartida que se encontra no projecto peirciano de uma semiótica geral pouco tem a ver com o modo como quer os linguistas quer os filósofos estabelecem esta distinção. É ainda menos relevante é a conexão, na obra de Peirce, entre a pragmática como uma subdivisão da semiótica e o movimento filosófico conhecido por pragmatismo, o qual, se bem que historicamente independente do positivismo ou do behaviourismo, tem muito em comum com eles (cf. 5.1) ⁽¹⁾. É curioso que muitos lógicos e filósofos que habitualmente recorrem à distinção tripartida entre sintaxe, semântica e pragmática, o façam em apoio de doutrinas metafísicas acentunadamente tradicionais como as que os positivistas lógicos como Carnap e, de um modo mais geral, todos aqueles que contribuíram para a *Encyclopaedia of Unified Science*, se empenharam em combater ⁽²⁾. Porém, a associação desta distinção ao movimento para a unificação da ciência talvez não passasse de uma contingência histórica. Efectivamente, Morris, Carnap e Bloomfield pouco têm em comum, para além de algumas atitudes bastante gerais para com a ciência.

A SEMÂNTICA BEHAVIOURISTA

5

5.1 Atitudes gerais

Neste capítulo ocupar-nos-emos das teorias behaviouristas do significado. Embora actualmente o behaviourismo seja menos popular do que há uma década atrás, foi durante muito tempo dominante na psicologia americana e exerceu considerável influência na formulação e discussão de algumas das questões básicas da semântica, não apenas entre os psicólogos como também entre alguns linguistas e filósofos ⁽¹⁾.

Talvez seja útil começar por distinguir entre behaviourismo como atitude geral, por um lado, e behaviourismo como teoria psicológica plenamente desenvolvida, por outro. Nesta secção falaremos do behaviourismo no sentido mais lato, reconhecendo quatro princípios ou tendências que lhe conferiram toda a sua força ou sabor particulares.

Em primeiro lugar, deve apontar-se uma desconfiança em relação a todos os termos mentalistas como 'mente', 'conceito', 'ideia', etc., e a rejeição da introspecção como um meio de obter dados válidos em psicologia. É fácil compreender a razão desta rejeição. Os pensamentos e experiências pessoais são privados e o que cada qual dirá a seu respeito aos outros é pouco digno de confiança. Na realidade, há tantas probabilidades de nos iludirmos involuntariamente a nosso respeito como de deliberadamente induzirmos os outros em erro acerca das crenças e motivos que inspiram a nossa conduta. E uma vez que assim é, mesmo que se verifique um acordo geral entre um certo número de pessoas quanto aos resultados da sua introspecção, isso não basta para garantir que as informações dadas sejam dignas de confiança. A menos que este testemunho introspectivo coincida com o testemunho extraído de certas acções observáveis, argumenta o behaviourista, é inútil (ou pelo menos potencialmente falacioso); e, no caso de coincidir com as provas publicamente acessíveis fornecidas pela observação, torna-se supérfluo. Portanto, a psicologia deveria limitar-se ao que é directamente observável e debruçar-se sobre o comportamento manifesto, e não sobre os estados e processos mentais não observáveis.

A rejeição do mentalismo * (neste sentido do termo) encontra-se no próprio cerne do movimento conhecido pelo nome de behaviourismo *.

⁽¹⁾ O que se segue não pretende ser uma descrição compreensiva do behaviourismo. Referiremos apenas os pontos importantes para o desenvolvimento da semântica. Um texto clássico é o de Osgood (1953). Para uma perspectiva geral, cf. Carroll (1953), Osgood & Sebeok (1954).

⁽¹⁾ Sobre este aspecto da obra de Peirce, ver Feibleman (1946), Gallie (1952).
⁽²⁾ Para uma selecção das perspectivas, cf. Bar-Hillel (1971) e Davidson & Harman (1972).